

OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO. O CASO DE SÃO PAULO

Gustavo Moura de Cavalcanti Mello
Universidade de São Paulo

1. Introdução

Às vésperas da Copa do Mundo de Futebol de 2014, ganharam repercussão mundial as grandes ocupações de terras e maciças passeatas e bloqueios de vias públicas organizadas por movimentos de moradia de São Paulo, sede da abertura do “megaevento”. Um ano antes, ainda maior visibilidade fora dada às lutas contra o aumento das tarifas do transporte público, que reuniram centenas de milhares de pessoas nas ruas de diversas cidades brasileiras, naquilo que foi anunciado por muitos como a “Primavera Brasileira”.

Passado o momentâneo *frisson* midiático, torna-se possível - e mesmo necessário - analisar o fenômeno de modo mais detido. Sem a pretensão de fornecer uma explicação exaustiva, que exigiria uma análise histórica minuciosa e a consideração de uma vasta gama de fatores, pretende-se contribuir com a compreensão dessas ondas de revolta popular e com a consideração de suas perspectivas, tendo como foco a atual configuração do processo social de produção do espaço urbano na cidade de São Paulo. E aqui se chamará atenção para as seguintes dimensões do processo: suas determinações econômicas, à luz da hodierna dinâmica de acumulação do capital; os antagonismos sociais ora produzidos, e que lhes são constitutivos; e o papel do Estado tanto na afirmação da lógica econômica que subjaz à produção do espaço urbano, quanto na tentativa de esmagar, e se possível, de assimilar os projetos políticos que lhe rivalizam, incorporando suas práticas de mobilização, comunicação e organização, e extirpando seu potencial contestatório.

Como ponto de partida, há de se apresentar algumas observações preliminares. Numa metrópole como São Paulo, com aproximadamente 12 milhões de habitantes (número que salta para 20 milhões, quando se considera o conurbano Grande São Paulo), estão desenhadas a ferro, fogo, sangue e suor as clivagens sociais, a

segregação espacial, bem como as inúmeras e intrincadas formas de espoliação subjacentes às formações sociais capitalistas. Delimitam-se rigorosamente regiões onde imperam o luxo, a ostentação, o consumismo desenfreado, e que servem de abrigo aos dirigentes industriais, grandes comerciantes, banqueiros, proprietários fundiários, especuladores, gestores estatais, que por vezes se confundem. Tais espaços em geral se consolidam igualmente como espaços de poder político, importantes *locus* de decisão estatal, onde ocorrem as reuniões e os jantares em que são forjadas políticas públicas sob medida dos interesses do grande capital. Trata-se de espaços fortemente vigiados e militarizados, onde a pobreza – mais do que noutros lugares - é crime inafiançável, e o pobre só entra como um mal necessário – na forma de mão-de-obra – e ainda assim sob rígido controle.

Nessas regiões o poder político e econômico ganha uma realidade palpável nas edificações e no conjunto do espaço construído, que, com o aporte do meio acadêmico, da grande mídia, da indústria cultural e do *marketing*, irradiam certa estética, certa linguagem, certos códigos, certos padrões de conduta, certa moral, que exercem a função ideológica de legitimar o existente, ocultar suas mazelas, e bloquear sua crítica, predeterminando e conformando os modos de pensar, sentir e agir, que adquirem a aparência de atemporalidade e ahistoricidade. Não obstante, junto a tais mecanismos não se hesita em mobilizar de modo ostensivo e sistemático o vasto aparato jurídico, policial e para-policial, incluindo aí milícias e grupos de extermínio que atuam dentro e fora das estruturas estatais, como forma de promover a “ordem social”.

Do outro lado da moeda, multiplicam-se as favelas, áreas densamente povoadas, em geral periféricas, fruto de ocupações irregulares e loteamentos clandestinos, com infraestrutura precária, carentes de equipamentos públicos de todo tipo, distantes das áreas que concentram os postos de trabalho. Nesses espaços florescem máfias, que articulam políticos locais, referências religiosas, juízes, membros do crime organizado, policiais civis e militares, e empresários de ramos produtivos legais e ilegais. E é também nesse ambiente que surgiram os mais atuantes movimentos sociais da atualidade, em sua maioria empunhando bandeiras específicas, relativas à moradia, aos sistemas de saúde, educação, transporte, entre outras.

Em meio a esses contrastes, e como tendência mundial avalassaladora, por concentrar um grande número de indústrias e de serviços, bem como o grosso do mercado consumidor, e na condição de produto de importantes ramos industriais, as cidades são elas mesmas um espaço econômico de produção e reprodução capitalista, e

um escoadouro de capital sobreacumulado alhures. A produção da cidade articula, de modo intrincado, distintas formas de rendimento: o lucro, por meio da valorização do capital no interior da indústria da construção civil, do transporte etc.; a renda da terra, que varia em função da localização da área, da infraestrutura local e de tudo que eventualmente tenha sido investido nela, bem como do *marketing* e de outros mecanismos mobilizados pela especulação imobiliária (MARX, 1991, p.908); o juro e outros rendimentos financeiros, relativos às operações com as ações das grandes construtoras e incorporadoras, aos fundos imobiliários e a toda sorte de transações envolvendo créditos hipotecários e títulos de todas as espécies (cf. MARX, 1991b, p. p.312 e p.515; 1973, p.259-60).

Esses processos de valorização (real e fictícia) e de afirmação (simbólica, ideológica, estética, policial etc.) do poder capitalista não podem estancar jamais; precisam sempre se repetir e se renovar. A construção e a reestruturação do espaço geográfico, sobretudo urbano, que muitas vezes incluem monumentais destruições e desvalorizações do ambiente construído, incluindo remoções forçadas em massa, é absolutamente vital para a reprodução do capital, e os fluxos de capital (real e fictício) necessitam circular – por vezes de maneira predatória - pelo espaço urbano (cf. MELLO, 2014, e para uma perspectiva histórica, cf. MARX, 1991, p.815). Da perspectiva da crítica da economia política, uma investigação dessa natureza adquire interesse ainda maior à luz da mais recente crise econômica mundial, que teve como estopim o estouro da chamada bolha imobiliária (MELLO, 2013).

2. São paulo como “cidade-global”

Nas últimas décadas, entre outros fatores, a difusão de tecnologias de informação e comunicação informatizadas, as tendências coetâneas de concentração e centralização vertical e horizontal da produção em grandes conglomerados transnacionais, bem como a destruição dos mecanismos de “repressão financeira” típicos do arranjo monetário e financeiro de Bretton Woods, dentre outros fatores, acentuou a mobilidade internacional do capital e o desenvolvimento do mercado mundial (cf. MELLO, 2012, parte I). Por outro lado, esse processo reforçou a sensibilidade do capital às especificidades locais e regionais, bem como a importância da produção do espaço urbano como lócus da acumulação.

Não obstante, essa dinâmica foi recoberta de mistificações, relativas ao “Planejamento Estratégico” e a constituição das “Cidades Globais” (VAINER, 2000), atrativas às corporações transnacionais e ao capital financeiro internacional. Um caso paradigmático foi a experiência de Barcelona, que às vésperas de sediar as Olimpíadas de 1992 recebeu grandes investimentos em infraestrutura, em transporte, na recuperação de áreas degradadas e na criação de novas estruturas urbanas. Surfando na onda pós-moderna do “capitalismo cultural”, alguns arquitetos e urbanistas que participaram dessa e de outras experiências similares, como a de Baltimore, logo se tornaram referência mundial, e assim como os formuladores do Consenso de Washington (1989) e os funcionários das chamadas agências multilaterais - em particular o FMI e o Banco Mundial -, correram os quatro cantos do mundo vendendo (caro) e impondo seu receituário milagroso (ARANTES, 2001).

Em São Paulo esse fenômeno se materializou, entre outras ações, na realização de projetos urbanísticos e arquitetônicos megalomaníacos, assinados por badaladas consultorias, e nas chamadas “operações urbanas”, uma modalidade das propaladas “parcerias público-privado”, cuja efetivação pressupõe a arrecadação de recursos junto aos agentes do mercado imobiliário, que seriam utilizados para a criação de equipamentos públicos, para a indenização de eventuais desapropriações, e particularmente para o financiamento de políticas habitacionais votadas aos extratos mais pauperizados da população (SETTE, 2007). Um exemplo disso foram as Operações Faria Lima e Águas Espraiadas, que estiveram ligadas à construção de um novo “centro terciário” paulistano, na região compreendida pelas Avenidas Nações Unidas e Berrini, onde, junto com investimentos viários e a instalação de modernas redes de fibra ótica e de avançados sistemas de comunicação, multiplicaram-se monumentais edifícios “inteligentes”, que passaram a abrigar os escritórios de grandes empresas transnacionais e centros de convenções, em meio a um processo que conduziu à supervalorização dessas áreas e de suas adjacências, como os bairros da Vila Olímpia e a Vila Funchal.

No que tange à Operação Faria Lima, sob uma gestão municipal do Partido dos Trabalhadores, quase a totalidade dos recursos arrecados junto à “iniciativa privada” (aproximadamente 400 milhões de reais), que deveriam ser empregados na construção de habitações populares em atendimento às milhares de famílias despejadas das favelas do Jardim Edith, Jardim Panorama, Buraco Quente, entre outras - que “desvalorizavam” a região e impediam a sua “modernização” -, esses recursos, dizíamos, foram

empregados para a construção de um “novo cartão postal” da cidade. Trata-se de uma Ponte Estaiada sobre o rio Pinheiros, que recebeu o nome do finado Octavio Frias de Oliveira (ex-dono da Folha de São Paulo, o mais lido jornal do país), e que se conecta à antiga Avenida Águas Espraiadas, rebatizada com o nome do finado Roberto Marinho (ex-proprietário da Rede Globo, principal emissora de televisão do país).

Além das referidas “operações urbanas”, o dinamismo do mercado imobiliário foi reforçado pela mobilização de uma série de encontros intergovernamentais, de exposições internacionais, e de outros chamarizes culturais e esportivos, dentre os quais se destacam a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Nesse padrão de construção do espaço urbano prevalece o esforço de criação de ambientes favoráveis à circulação de capitais especulativos, que pouco se comprometem com a produção social do espaço; por outro lado, dá-se a submissão do aparato estatal aos interesses do capital imobiliário e das demais formas de capital que encontram nesse ambiente um espaço de valorização. Em função desses motivos bastante prosaicos, a falácia da “cidade-global” serve ao mesmo tempo para justificar e para dissimular a plena conversão da administração pública em um *balcão de negócios*, e em um instrumento para a canalização de recursos e para a garantia de lucros aos grandes grupos econômicos, em particular os que atuam no setor imobiliário e no da construção civil (Arantes, 2000).

Consoante às tendências dominantes em boa parte do globo, na década de 2000 houve um *boom* no mercado imobiliário brasileiro, *pari passu* ao desenvolvimento do sistema creditício e dos mercados financeiros nacionais, reproduzindo importantes determinações do “modelo” norte-americano. Quando a bolha imobiliária explodiu nos países capitalistas centrais, por aqui as empresas do ramo da habitação viram o preço de suas ações cair vertiginosamente, e como de costume, acorreram aos governos da ocasião, que lhes atenderam prontamente.

2.1. A Política Habitacional como “Política Anticíclica”

A principal resposta a essa crise foi o lançamento, no primeiro semestre de 2009, de um programa estatal (declaradamente) anticíclico: o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Valendo-se de diversas iniciativas de cunho legislativo e institucional (cf. FIX, 2010, cap.2, item 5), mobilizando um volume de recursos sem precedentes, e

prevendo a construção de um número recorde de moradias (cerca de 3,4 milhões em suas duas primeiras fases, com um gasto governamental de cerca de US\$ 91,3 bilhões), na prática o MCMV, operado pela Caixa Econômica Federal, é dominado pelas principais empreiteiras do país, e serve a dois objetivos fundamentais: favorecer economicamente a indústria da construção civil, os proprietários de terras, e os grupos que especulam no mercado imobiliário; e angariar apoio das massas populares, com a exploração do mito da “casa própria”, fortemente propalado pela ditadura civil-militar, e reeditado desde então.

Não obstante, o propósito “social” do MCMV, sempre evocado pelos seus defensores, revela-se frágil, já que a maior parcela do programa não é voltado para as camadas mais pauperizadas da população (cerca de 45% dos recursos se voltam a essas camadas, que concentram aproximadamente 73% do déficit habitacional, e menos de 15% dos projetos previstos para esse atendimento foram entregues até o momento). Por outro lado, o já precário padrão construtivo das habitações voltadas a essa parcela da população foi extremamente rebaixado; o tamanho médio das habitações reduziu-se a 40 metros quadrados, e são frequentes as denúncias de uso de mão de obra escrava nos empreendimentos, de emprego de materiais de péssima qualidade, que conduzem a sérios problemas estruturais antes mesmo da inauguração dos conjuntos habitacionais, entre outras. Afora a desconsideração de outras dimensões do espaço urbano, levando à construção de habitações em áreas sem estruturas de educação, transporte, saúde etc.

Em relação aos resultados do programa para o grande capital, não há controvérsia. Na sequência imediata do lançamento do MCMV, as ações das empresas do ramo da construção civil apresentaram uma vigorosa alta, em particular aquelas cujo escopo fundamental é o da construção de “habitações de interesse social” (HIS), para famílias que ganham até 1600 reais (cerca de US\$ 700,00); empresas como a MRV e a Tenda tiveram um aumento de mais de 120% de seu preço na Bolsa de Valores. Ademais, a lucratividade das construtoras elevou-se às alturas (a Cury, por exemplo, entre 2009 e 2010 elevou seu lucro líquido de 735%, como constata FIX, 2010, p. 189), e, não por coincidência, das 10 mais lucrativas empreiteiras das Américas, 7 são brasileiras, e estas se tornaram pivôs do predatório subimperialismo brasileiro, atuante em países da América Latina e da África (FONTES, 2013).

3. As lutas sociais no Brasil contemporâneo e o seu processo de institucionalização

Em meio à última ditadura civil-militar brasileira produziu-se de modo inédito no país uma unidade entre miríades de movimentos sociais, sindicatos, e outras organizações políticas, contra o regime autoritário. É certo que a ditadura civil-militar de certa forma cumpriu e esgotou sua “tarefa histórica”, tendo êxito em vários de seus propósitos fundamentais: esmagou inúmeras organizações de cunho revolucionário; aperfeiçoou um poderoso aparato anti-insurgente, generalizando a prática da tortura, do encarceramento, do assassinato e do “desaparecimento” de militantes e de pessoas tidas como “elementos subversivos” ou simplesmente descartáveis, aparato este que não cessa de se desenvolver; por meio de um expressivo intervencionismo econômico, aliando pesados investimentos estatais, subsídios, isenções de impostos, controles de preços, arrochos salariais, entre outros, promoveu a “modernização” e a “internacionalização” da economia brasileira (ou a atualização da sua dependência), junto a uma enorme concentração de renda a favor do grande capital, que logrou elevadas taxas de lucro e de outros rendimentos.

Não obstante, foram decisivas para a derrocada do regime civil-militar as lutas sociais do período - que muito deveram à atuação das comunidades eclesiais de base (CEBs), fortemente influenciadas pela Teologia da Libertação -, e particularmente algumas organizações que aí se consolidaram, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que atualizando a experiência das Ligas Camponesas organizou inúmeras ocupações de terras em diversos estados da federação (FERNANDES, 2000); o chamado “novo sindicalismo” e suas gigantescas greves no ABC paulista, que deram origem à Central Única dos Trabalhadores (CUT) (RODRIGUES, 1997); e a confluência dessas e de diversas outras organizações na criação do Partido dos Trabalhadores (PT) (IASI, 2006).

Talvez pela primeira vez na história do Brasil uma mudança de regime político não tenha sido simplesmente cerzida “desde cima”, sob medida dos interesses do grande capital, relegando as massas populares à completa passividade. Não obstante, e apesar da efervescência popular e das maciças manifestações no bojo da “Campanha pelas Diretas Já”, que levaram milhões de pessoas às ruas de diversas cidades brasileiras, no imediato pós-ditadura a chamada redemocratização se confundiu com a chegada do vagalhão neoliberal ao Brasil, com sua propalada abertura econômica, atendendo aos ditames neocolonialistas e espoliadores das grandes corporações transnacionais, e em

particular das finanças; com a precarização e subsequente privatização generalizada de empresas estatais e dos já sucateados serviços estatais de comunicação, transporte, educação, saúde etc; com a manutenção de elevadíssimas taxas de juros, com a “precarização do trabalho”; com altas taxas de desemprego, e assim por diante.

O malogro do Partido dos Trabalhadores na eleição presidencial de 1989 marcou uma guinada pragmática do partido, que apenas foi reforçada pelas derrotas em 1994 e 1998. Os esforços organizativos, que envolviam de modo cada vez mais estreito uma ampla gama de sindicatos e movimentos sociais, progressivamente reduziam-se à costura de alianças e ao levantamento de recursos para o fortalecimento eleitoral do partido, por meio do qual se implementaria um “Projeto Democrático-Popular” abrangente. O inchaço dos aparatos partidários, a formação de uma legião de “militantes profissionais”, os crescentes investimentos em *marketing* - um decisivo elemento das corridas eleitorais -, a assunção de cargos no poder executivo e legislativo, tudo isso conduziu à alienação dos quadros do partido em relação ao cotidiano das lutas, e ao estabelecimento de estreitos compromissos com os grandes financiadores de campanha – empreiteiras, bancos, empresas do ramo da coleta de lixo e do transporte coletivo, entre outras.

Não cabe aqui um balanço detido desse processo, que culminou na eleição presidencial do principal expoente do “novo sindicalismo”, o ex-torneiro mecânico Luis Inácio Lula da Silva. Atentaremos mais detidamente para apenas uma de suas dimensões, e ainda assim tratada de modo bastante parcial: a tendência à assimilação dos movimentos sociais ao Estado.

Assim como o MST e a CUT, diversos movimentos de luta por moradia, sobretudo nos grandes centros urbanos, foram decisivos para a consolidação do PT. Em meio à “crise da dívida” dos países capitalistas periféricos, na esteira do “choque dos juros” de Volcker e do segundo “choque do petróleo”, em 1979, decisivos para a consolidação da hegemonia neoliberal em escala mundial, a economia brasileira mergulha na chamada “década perdida”, caracterizada por um crescimento pífio, inflação galopante, elevadas taxas de desemprego, expressiva concentração de renda e diminuição da participação do salário no Produto Interno Bruto (PIB), e assim por diante. Nesse contexto, que coincide com a crise do Sistema Financeiro de Habitação e do Banco Nacional de Habitação, a problemática habitacional se agrava, e com isso se multiplicam as lutas diretas e os movimentos de moradia, que passam a se articular em âmbito regional e nacional.

Não obstante, à medida que o projeto de poder petista avançava, os movimentos de moradia passaram a dedicar a maior parte de suas energias em preencher os espaços institucionais, que quanto mais numerosos e abrangentes, mais inócuos e sem efetividade. Além das instâncias diretivas do PT, os dirigentes desses movimentos passaram a se eleger ou a assessorar parlamentares, bem como a ocupar cargos em conselhos, fundos públicos, ONGs, em geral controlados majoritariamente por representantes das empresas e por seus “funcionários informais” no interior do Estado. Em alguns casos, antigas “lideranças”, notabilizadas por sua disposição e radicalidade, passaram a gerir as “políticas habitacionais” e a mediar os processos de despejo em massa que exigidos pelo grande capital, mobilizando sua experiência para coibir processos de resistência popular organizada – o que competiu para a difusão da descrença em relação à própria ideia de organização coletiva.

Nesse sentido, no que tange aos processos de luta e de mobilização, prevaleceu uma dinâmica bastante simples. Reproduzindo estruturas altamente centralizadas e personalistas, os movimentos passaram a se limitar a reunir uma “demanda”, como é chamado o conjunto de pessoas humildes que se dispõem a se cadastrar junto ao movimento em busca de uma casa própria, e com base nesse cadastro, os dirigentes batem às portas dos gabinetes governamentais procurando barganhar recursos para a construção de moradias populares, ou garantir vagas em conjuntos habitacionais estatais. Generalizou-se a cobrança de mensalidades e outras formas de arrecadação junto à “demanda”, em troca da promessa de moradias populares, e nas reuniões periódicas do movimento os cadastrados aguardam ansiosamente a passagem das listas de presença, que atestam a participação obrigatória e garantem um suposto critério objetivo de classificação das prioridades, fomentando a competição no interior das “bases”. Nesse contexto, as ações de ocupações de terras e edifícios e de manifestações perderam espaço, mas em geral não foram descartadas; quando se julga necessário aumentar a pressão junto ao Estado, as famílias são convocadas a lutar em troca de pontos que poderão melhorar a sua posição nas listas do movimento.

Esse processo de institucionalização dos movimentos de luta por moradia ganhou um enorme impulso com a criação do já citado programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), pois em seu interior foi criada uma modalidade, a das “Entidades”, em tese destinada a atender à demanda desses movimentos. Para se habilitar no programa, eles devem adquirir uma figura jurídica, e atender a um grande conjunto de exigências técnicas e legais, bem como demonstrar experiência no

desenvolvimento de projetos habitacionais, e compor o vasto aparato “participativo” governamental. Superadas inúmeras barreiras, que incluem desde o estabelecimento de canais diretos de negociação junto a proprietários de terras, até a realização de dispendiosos estudos técnicos das áreas visadas (topográfico, planialtimétrico, sondagem do solo etc.), dentre várias outras, a “entidade” teria acesso a um fundo da Caixa Econômica Federal, que financiaria a construção das “habitações de interesse social”. A modalidade “Entidades” corresponde a cerca de 1% do orçamento total do programa, e tendo executado uma obra, 2% de seu valor vai para os cofres do movimento; uma migalha diante dos recursos do MCMV, mas que geralmente basta para comprar a sua subserviência. Por outro lado, os entraves para a aprovação de um projeto habitacional pelo MCMV-Entidades são tantos e tamanhos, que via de regra se faz necessário o respaldo de uma grande empreiteira para superá-los. E isso quando as próprias empreiteiras não criam “entidades” de fachada, para abocanhar sem intermediários o montante que lhes ameaçava escapar.

Se, como vimos, o império do capital imobiliário foi fortemente reforçado pelo MCMV, com o MCMV-Entidades os movimentos sociais que outrora lhe antagonizavam são lançados em seu colo. E esse processo tende a se agravar com o recente lançamento da terceira fase do programa, que prevê a construção de mais de 3 milhões de moradias, a partir de 2015. É fato que a inflação especulativa no preço da terra e dos aluguéis, catapultada pelo MCMV, tornou candente a questão habitacional nos grandes centros urbanos, e estimulou aí ondas de ocupações como há muito não se via, bem como o surgimento de novos movimentos e o fortalecimento de outros, já existentes. Entretanto, no geral, longe de colocar em questão esse hermético aparato submetido aos interesses do grande capital imobiliário – o que necessariamente implicaria na contestação da propriedade privada e da tutela estatal e empresarial, discussão praticamente inexistente em solo brasileiro –, tais movimentos se limitam a lutar “por uma fatia do bolo”, como não cansam de repetir os seus porta-vozes, tendo convertido as ocupações em uma mera tática simbólica, e firmado acordos com grandes empreiteiras no sentido de viabilizar projetos habitacionais dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades, dispensando a autogestão do projeto e da obra.

Por falta de espaço, não será possível realizar semelhante exposição no que tange à luta por melhorias e pela desmercantilização do transporte, que recentemente assumiram enorme dinamismo e relevância conjuntural. Apenas cabe constatar uma importante novidade: trata-se da recusa do Movimento Passe Livre em encenar o papel

de coadjuvante na partilha do butim que o governo federal prometeu em meio aos protestos (um pacote de investimentos em obras de “mobilidade urbana”, que chegaria a 140 bilhões de reais). Apesar de ter sido alçado ao centro de debate político nacional, pelo protagonismo assumido nas “jornadas de junho”, e a despeito dos diversos assédios que sofreu, buscando enquadrá-lo nas formas “legítimas” e “responsáveis” de atuação, o MPL denunciou com veemência a falsidade dos espaços de “diálogo”, e a necessidade de desmercantilização do transporte, por meio do combate ao oligopólio das grandes empresas que dominam o setor, e do controle popular direto do sistema de transporte, à revelia do Estado.

4. Considerações finais

A despeito das amplas manifestações que tomaram as ruas do país nos últimos anos, o cenário atual é sombrio para os movimentos sociais urbanos combativos: aliam-se sólidas estratégias estatais e empresariais de cooptação e de assimilação das lutas, a um ascenso conservador e uma escalada da violência (cf. UNITED NATIONS, 2013, p.127; WAISELFISZ, 2014) que têm como um dos principais vetores a militarização do espaço urbano, a criminalização dos movimentos sociais, e um encarceramento em massa, altamente seletivo (cf. CONGRESSO NACIONAL, 2009), tendo fortes nexos com a precarização do trabalho e com a consolidação do Estado neoliberal (WACQUANT, 2012). É parte dessa escalada repressiva as experiências de militarização territorial em favelas e bairros periféricos, como a das “Unidades de Polícia Pacificadora” (UPPs) no Rio de Janeiro, e a das “Operações Delegadas” em São Paulo, bem como a constituição dos Conselhos de Seguranças (CONSEGs) em São Paulo, a criação da Força de Segurança Nacional, a autorização e o emprego sistemático das Forças Armadas em tarefas de policiamento, depois de um período de treinamento em brutais ações contra-insurgentes no Haiti, a multiplicação das prisões em manifestações, dos mandados de busca e apreensão nas casas de militantes de movimentos sociais, processados por formação de quadrilha, incitação ao crime, desobediência, entre outros crimes.

No último período, as mais expressivas organizações de esquerda do Brasil seguiram um caminho tantas vezes trilhados ao longo da história do capitalismo, nos mais distintos países: devotas de uma ideologia do progresso que as faz supor que

nadam a favor da maré (BENJAMIN, 2006), e ignorando a natureza capitalista do Estado - a forma política do capital (PASHUKANIS, 1980) -, competem para a construção de modalidades de capitalismo de Estado, de cunho mais ou menos autoritário (HORKHEIMER, 1985). Teremos de relegar a outra oportunidade uma análise conceitual dessa dinâmica. Não obstante, atualmente, no Brasil, parece imprescindível aos movimentos sociais combativos que se generalize a crítica e os esforços de resistência à burocratização, colocando em primeiro plano a questão da autonomia e a construção cotidiana de relações sociais baseadas na solidariedade e no apoio mútuo, e comprometidas não com os interesses de uma casta de gestores, mas sim com a emancipação e o combate às múltiplas formas de opressão capitalistas. Trata-se não apenas de uma necessidade, para que não se estanque o ciclo de lutas aberto nos últimos anos, mas propriamente de uma questão de sobrevivência dos movimentos nele imbricados.

Referências

- ARANTES, O.F. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: A cidade do pensamento único. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. (2001) Urbanismo em fim de linha. IN: Urbanismo em Fim de Linha e Outros Estudos sobre o Colapso da Modernização Arquitetônica. São Paulo: EDUSP.
- BENJAMIN, W. (2006) On the Concept of History. In: Eiland, H; Jennings. M.W. Walter Benjamin: Selected Writings, Vol.4. Cambridge: Harvard University Press.
- CONGRESSO NACIONAL. (2009) CPI do Sistema Carcerário. Brasília: Edições Câmara. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/2701>.
- FERNANDES, B.M. (2000) A história do MST no Brasil. São Paulo: Vozes.
- FERREIRA, J.S.W. (2007) O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano. São Paulo: Vozes.
- FIX. M. (2010) Financeirização e mudanças recentes no circuito imobiliário no Brasil. Instituto de Economia da UNICAMP, Tese (Doutorado).
- FONTES, V. (2013) A incorporação subalterna brasileira ao capital-imperialismo. IN: Crítica Marxista, v.36.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. (2014) Déficit Habitacional no Brasil 2011-2012: Resultados Preliminares. Centro de Estatística e Informação - Belo Horizonte.

- HORKHEIMER, M. (1985) Autoritarian State. IN: Arato, A.; Gebhardt, E. (eds). The Essential Frankfurt School Reader. Nova Iorque: Continuum.
- IASI, M.L. (2006) As metamorphoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular.
- MARX, K. (1973) Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política. Vol. I. Argentina: Siglo Veintiuno,.
- _____. (1973a) Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política. Vol. I. Argentina: Siglo Veintiuno.
- _____. (1981) Capital: A Critique of Political Economy. Vol.I. London: Penguin Books.
- _____. (1981a) Capital: A Critique of Political Economy. Vol.II. London: Penguin Books.
- _____. (1981b) Capital: A Critique of Political Economy. Vol.III. London: Penguin Books.
- _____. (1978) Capítulo sexto inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata. Porto: Publicações Escorpião.
- _____. (1980) Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MELLO, G.M.C. (2014) Capital Financeiro Versus Capital Industrial: um exercício de desmistificação. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n.38.
- _____. (2013) Subconsumo ou sobreacumulação? Debate teórico e político para análise da crise atual. Critica Marxista, n.37.
- OLIVEIRA, F.M.C. (2003) Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco. São Paulo, Boitempo Editorial.
- PASHUKANIS, E. (1980) The General Theory of Law and Marxism. IN: P. Beirne, P.; Sharlet, R. (eds) Selected Writings on Marxism and Law. London: Academic Press.
- RODRIGUES, I. J. (1997) Sindicalismo e política - a trajetória da CUT. São Paulo: Scritta/FAPESP.
- ROLNIK, R.; KLINTOWITZ, D. (2011) (I)Mobilidade na cidade de São Paulo. IN: Estudos Avançados, v.25, n.71.

- SCARLATO, F.C. (1981) A indústria automobilística no capitalismo brasileiro e suas articulações com o crescimento espacial na metrópole paulista. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- SINGER, P. (1973) Economia política da urbanização. São Paulo: Brasiliense.
- TAVARES, M.C. (1983) Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar.
- UNITED NATIONS. (2013) Global Study on Homicide. Viena: United Nations Publications. Disponível em:
http://www.unodc.org/documents/gsh/pdfs/2014_GLOBAL_HOMICIDE_BOOK_web.pdf.
- _____. (2007) Global Report On Human Settlements. Londres: Earthscan,. Disponível em: <http://mirror.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=3503>.
- _____. (2013) Streets as Public Spaces and Drivers of Urban Prosperity. Disponível em: <http://mirror.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=3513>.
- VAINER, C. (2000) Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico. IN: ARANTES, O.F., MARICATO, E. e VAINER, C. O Pensamento Único das Cidades: desmanchando consensos. (Coleção Zero à Esquerda). Petrópolis: Vozes.
- WACQUANT, L. (2012) Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. Cadernos CRH. vol.25, n.66.
- WASELFISZ, J.J. (2014) Mapa da Violência 2014. Brasília: FLACSO. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf.